



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES

ATA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, às oito horas e trinta minutos, na sala 114, situada no edifício do Conselho Nacional de Educação – CNE, teve início a primeira parte da octogésima oitava Reunião Ordinária da CONAES, sendo a segunda parte iniciada, no mesmo dia, às quatorze horas, com a presença dos membros da CONAES: **Conselheiro Sérgio Roberto Kieling Franco** (Presidente); **Conselheiro Guilherme Marback Neto** (Notório Saber); **Conselheiro Marcelo Knobel** (Notório Saber); **Conselheira Maria Clara Kaschny Schneider** (Notório Saber); **Conselheiro Robert Evan Verhine** (Notório Saber); **Conselheiro Adalberto Grassi Carvalho** (CAPES/MEC); e **Conselheiro Reginaldo Alberto Meloni** (Representante do Corpo Docente). Também presentes foram a **Senhora Cláudia Maffini Griboski** (representando o Presidente do INEP); **Senhor Antônio Simões Silva** (representando o Secretário da SESu); e **Senhora Irlene Fernandes de Paula** (convidada pela CONAES). O Presidente da CONAES Sr. Sérgio Franco iniciou com os **informes**, pedindo que o Sr. Robert Verhine discorresse sobre sua participação em dois eventos pela CONAES. O Sr. Robert Verhine tratou primeiro da reunião da ANDIFES do dia 15/05/2012 sobre avaliação, com reitores e pró-reitores. Informou da presença do Sr. Héglio Trindade, o primeiro Presidente da CONAES, em uma mesa e disse que havia participado de uma mesa com o Sr. Luiz Cláudio Costa, Presidente do INEP. Pontuou que a reunião focalizou a avaliação institucional e que ele aproveitou o evento para incentivar e motivar a própria avaliação dentro das instituições, já que os reitores das universidades federais estavam presentes. Afirmou que em sua fala tentou enfatizar a questão da avaliação interna com a idéia de sensibilizar os reitores sobre a necessidade de se buscar avanços em relação aos processos de autoavaliação. Disse que a oportunidade foi utilizada por muitos dos presentes para se fazer ataques e críticas, não apenas ao SINAES, mas também à CONAES. A CONAES foi o ponto de ataque por parte do próprio Héglio Trindade e em seguida por parte do Sr. Jorge Guimarães, Presidente da CAPES. Este afirmou que a CONAES estaria superada e que o INEP precisaria, talvez, de um CTC (Conselho Técnico Científico) e que a CONAES poderia ser este CTC do INEP. Fez também duras críticas ao banco de avaliadores, em relação ao sistema e à forma fria de indicação dos avaliadores em função da ausência de relação pessoal na escolha das comissões e disse que na CAPES funciona diferentemente, pois lá são as próprias pessoas da pós-graduação que determinam quando e como as visitas funcionam. No SINAES, por outro lado, a escolha das comissões de visita é feita sem interferências pessoais. O Prof. Verhine afirmou que em sua fala, tentou explicar a razão da independência da CONAES e contestou a ideia de a CONAES ser reduzida a um CTC do INEP. Pontuou que segundo sua impressão, os reitores e pró-reitores não concordaram com estas falas contrárias à CONAES, e compreenderam que eram muito mais falas de cunho pessoal. Pontuou, ainda, que o Sr. Luiz Cláudio (INEP) e o Sr. Amaro (SESU) em suas falas, ao contrário, tentaram consertar essas colocações e falaram positivamente sobre a CONAES. Sr. Luiz Claudio citou em especial o trabalho da gestão do Sr. Sérgio Franco, e o Sr. Amaro falou

que as reuniões na qual participou eram riquíssimas ao favorecimento da política nacional de Educação Superior. Quanto ao segundo encontro que o Prof. Verhine participou, explicou que tratou dos Bacharelados Interdisciplinares (BIs) e afirmou que falou mais do que duas horas sobre o SINAES e o trabalho da CONAES. Disse que durante o debate, a platéia havia feito críticas não à CONAES, mas sobre o SINAES, especialmente em relação às comissões de visitas. Houve vários relatos sobre avaliadores que não tinham nenhuma participação anterior com a avaliação de cursos de bacharelado interdisciplinar. O Sr. Sérgio Franco pontuou que os cursos de bacharelado interdisciplinar passaram por processos de reconhecimento e que também já ouviu diversas críticas às comissões de visita, porém, entendia que o INEP estava criando opções. O Sr. Marcelo Knobel afirmou que antes da própria visita, há um problema a respeito da inserção dos dados no Censo e quanto à credibilidade do sistema. O Sr. Sergio disse que os Bacharelados Interdisciplinares representam uma política incentivada, mas os sistemas de registros de cadastro não estão dando conta dela. O Sr. Robert Verhine apontou que há dois problemas a serem pensados: o primeiro, sobre a questão de comissões de visitas e o outro sobre o sistema do E-MEC que contempla formulários que não são plenamente inadequados. Acrescentou que os reitores não estão nada satisfeitos com a política que o INEP introduziu que exige do reitor uma avaliação dos avaliadores. Os reitores acreditam que o reitor não é a pessoa certa para a realização desta tarefa e sugeriram que a avaliação do avaliador seja feita pelo pró-reitor de graduação ou pelo próprio coordenador do curso que está sendo visitado. O Sr. Robert Verhine continuou dizendo que houve críticas à utilização do CPC e IGC para distribuição de recursos financeiros e afirmou ter explicado a lógica do CPC (Conceito Preliminar de Curso) e do IGC (Índice geral de cursos), enfatizando que o IGC foi criado para ser referencial para as visitas in loco. Pontuou que a decisão sobre o uso do IGC não é uma decisão da CONAES e sim uma decisão dos reguladores, que têm a possibilidades de aproveitar informações da avaliação para suas políticas. Segundo Professor Verhine, pessoas presentes no evento criticaram muito esta ideia de utilizar CPC e IGC para finalidades que vão além da avaliação. Alegaram que o MEC não cumpriu suas promessas à medida que quer prejudicar os Bacharelados Interdisciplinares pela avaliação e regulação. O Sr. Verhine informou que explicou que a única forma para o MEC saber que não cumpriu suas promessas e que as promessas têm implicações é, justamente, através da avaliação. Apontou que muitos representantes dos BIs acham que os avaliadores estão entrando com uma concepção que não é da área deles e que não estão se preocupando com a questão da implementação. Disse ter falado sobre a diferença entre o momento de reconhecimento e o momento de renovação de reconhecimento e ter afirmado que é claro que a implementação deve estar tomando a questão dominante na medida em que se está passando de reconhecimento para renovação. Disse aos presentes que falaria com os demais membros da CONAES, sugerindo que se tivesse uma sessão no futuro sobre essa questão. Assim, propôs uma sessão da CONAES sobre os BIs, na qual seria importante que se convidasse representantes dos BIs, para estarem aqui participando da reunião. Sobre os Bacharelados Interdisciplinares o Sr. Adalberto falou que acreditava que é completamente imprópria a ideia de absorver no sistema a especificidade de avaliação, com perfil de banco distinto, sem ter uma caracterização do volume de cursos envolvidos. Reconheceu que a questão de um curso interdisciplinar é complexa. Observou que na CAPES a área interdisciplinar cresceu muito, muito mais do que as outras áreas, e atualmente ela é a segunda área dentro da CAPES, atrás apenas da área Agrária. Pontuou que a questão tem que ser vista com muita calma, para se pensar até que ponto essa crítica de não existir avaliadores é válida. O Sr. Robert Verhine concordou e questionou como fazer nestes casos em que existe uma área emergente para qual haja avaliadores sem experiência e falem parâmetros ou referências avaliativas. Perguntou se não seria o caso de se optar pelas visitas sem conceito. O Sr. Sérgio disse que seria

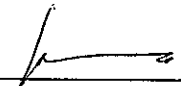
possível, mas que seria necessário se pensar mais sobre esta questão e, talvez, pedir ao INEP que elaborasse um processo de avaliação a parte, experimental, com uma dinâmica um pouco diferente. Mencionou que este é um problema antigo relativo à relação entre avaliação e regulação e que SINAES funciona como um sistema que possui 13 mil instituições com 30 mil cursos, com interesses econômicos diversos, diferentemente da CAPES. Citou que a proposta da CAPES na época de se montar um banco de avaliadores foi uma proposta criticada pelas instituições porque isto implicava nas avaliações por indicações. Lembrou que aconteceu um processo de montagem por parte das instituições e houve alguns casos de pessoas indicadas institucionalmente que foram desligadas do banco de avaliadores por terem documentos falsos e problemas similares. Continuou dizendo que desta discussão registrou pontos de vista práticos. Um ponto seria a proposta de se fazer uma reunião na CONAES sobre a formação das comissões de avaliação. Outro é a idéia de realizar uma avaliação do BASIS como um todo. Pontuou que esta proposta seria interessante e que deveria ser feita o mais rápido possível. O Sr. Verhine sugeriu a próxima reunião da CONAES como data para esta reunião, pois entendia que seria ótimo se não demorasse muito e que se debruçassem sobre a questão da composição das comissões e a avaliação dos BIs, para responder dúvidas e críticas existentes. Disse que era preciso verificar junto ao INEP se a avaliação dos BIs já estava entrando como opção para avaliadores. Pontuou que uma opção seria modificar a escolha do coordenador da comissão, que atualmente é feita de forma aleatória. Citou que, por exemplo, poderia ser alguém que já realizou avaliações, que tem experiência acumulada. O Sr. Adalberto indicou que poderia ser solicitado do INEP informação sobre o perfil do avaliador, sua área, seu tempo de serviço, o número de avaliações realizadas, etc. O Sr. Sérgio Franco concordou indicando que o INEP poderia fazer uma avaliação do que há no sistema e do que o avaliador tem feito. Lembrou que a CTAA tem registros sobre denúncias referentes às visitas *in loco*. O Sr. Marcelo Knobel pontuou que esta discussão já havia sido feita anteriormente no âmbito da CONAES. Afirmou, ainda, que há uma completa falta de conhecimento do que seja a CONAES, e que esta é uma falha da própria divulgação e, inclusive, da página da CONAES, pois há atrasos na disponibilização das Atas, o que prejudica a transparência de nossas ações. Enfatizou que nossa falha principal, em sua opinião, é a tendência de não dar retorno sobre o que se faz na CONAES. O Sr. Sérgio Franco passou à pauta da reunião, priorizando três pontos: **a) as presidências da CONAES, b) a inclusão da CONAES na CTAA e c) o Plano de Ação da CONAES.** **Sobre o Plano de Ação** explicou que o Sr. Guilherme Marback foi quem se dedicou a sua elaboração e que precisaria ser analisado por todos. O Sr. Robert Verhine pediu que este documento do plano impresso fosse enviado digitalizado para os membros. Os membros presentes começaram a fazer uma leitura por alto do referente plano. O Sr. Guilherme Marback indicou que a ideia seria passar item por item do plano para identificar quem seriam os responsáveis por cada ação. Disse que o plano indicava as prioridades apontadas pelos membros e que ainda seria necessário se definir as responsabilidades. Foi sugerido que isto fosse feito na próxima reunião. **Sobre a presidência da CONAES**, o Sr. Sérgio informou que esta era a última reunião na CONAES para a Sra. Maria Clara, que poderia ser reconduzida, e para ele, Sérgio, enquanto presidente e membro da comissão. Sendo assim, afirmou que seus mandatos iam terminar no dia dezesseis de junho. Apontou que no Regimento da CONAES, que foi aprovado em dezoito de março de dois mil e cinco e que continua em vigor, na sua quarta seção, que trata da eleição do presidente, o artigo sétimo diz o seguinte: "O Presidente será substituído, em suas faltas, ausências e impedimentos, ou quando houver vacância do cargo, pelo membro mais idoso da CONAES" e continuou "Parágrafo único: na hipótese de vacância, o membro substituído, conforme o caput, ele assumirá, temporariamente, o cargo, convocando eleição para complemento do mandato interrompido, no prazo de trinta dias". Como o Prof. Verhine já está no seu segundo

mandato e é o mais velho em termos de idade, ele seria o indicado para assumir a presidência *pró-tempore* da CONAES. O Sr. Sergio Franco lembrou que há uma tradição de se fazer a eleição junto com o Ministro, mas para isto é preciso consultar sua agenda. Indicou que a convocação deve ser feita dentro de 30 dias a partir da data na qual o Sr. Robert Verhine assume a presidência *pró-tempore*. Após mais um período de 30 dias, a eleição do novo Presidente da CONAES deve ser realizada. Dessa forma, a eleição acontecerá na reunião do mês de agosto, supondo-se que até então tenha havido a indicação e/ou recondução dos membros. Sugeriu a não realização da reunião de julho, por motivo de, provavelmente, não haver quórum. Todos concordaram. **No turno vespertino**, com a chegada da Sra. Cláudia Griboski do INEP, alguns pontos sobre os Bacharelados Interdisciplinares foram rediscutidos. Ficou mantido o agendamento de reunião da CONAES para tratar especificamente desta questão. O Sr. Sérgio Franco passou ao próximo ponto de pauta, abordando o item **“d” sobre procedimentos para a avaliação dos cursos a distância**. Sobre este ponto a Sra. Cláudia fez relato das ações que estariam sendo estudadas, no âmbito do INEP, para dar conta das avaliações realizadas nas Sedes e nos Pólos da EAD. Houve a retomada de uma discussão antiga da CONAES sobre o processo de avaliação de programas de EAD ser feito do ponto de vista da matrícula ou do número de vagas ofertadas, já que prevalece no sistema do INEP, para base de cálculo, a referência do número de vagas ofertadas, inclusive para o reconhecimento do curso. O Sr. Sérgio Franco concluiu afirmando que nesta questão de avaliação da EAD a proposição do INEP seria que, em síntese, o conceito do curso seria resultante da combinação dos conceitos que foram adquiridos na Sede e de uma média dos conceitos que foram adquiridos nos respectivos Pólos. A Sra. Cláudia Griboski propôs fazer um documento comum da CONAES e do INEP, quando houver uma formulação real sobre o modelo da avaliação EAD, comunicando às IES o modelo como normativo. O Sr. Guilherme Marback pontuou, ainda, que era completamente contra que o modelo fosse pautado pelo número de vagas e não pelo número de alunos e pediu que o documento fosse muito detalhado. A Sra. Cláudia pontuou, ainda, que seria interessante fazer uma minuta deste documento e que esta fosse repassada via e-mail para os membros analisarem e fazerem suas ponderações. A ideia foi acatada com unanimidade. Além disto, indicou que a temática deveria ser retomada na próxima reunião da CONAES. O Sr. Guilherme Marback pontuou que todo este trabalho por parte dos avaliadores não é um trabalho fácil e que isto poderia dificultar a participação dos avaliadores nos Polos, seja pelas distâncias, pelo desconhecimento das diretrizes para a EAD, seja pelas dificuldades de acesso ou hospedagem em pequenas cidades e de comunicação e de trabalho com uso de internet. Todos concordaram, porém indicaram que há exceções, e que em diversos Polos as visitas poderiam ser feitas, se bem orientadas, em um único dia e que isto dependeria muito da avaliação da Sede. O Sr. Sérgio indicou que a SERES e o INEP precisarão estar bem articulado em relação a estas avaliações, de modo que os processos fluam entre ambos com celeridade. O Sr. Adalberto disse que quanto mais simples fosse a avaliação dos Pólos, mais eficiente a mesma seria. O Sr. Guilherme afirmou que a cobrança sobre os Pólos, em momentos anteriores, foi comparativa a criação de mini faculdades, com diversos indicadores que tornaram imensas as exigências para os Pólos. Indicou, também, que seria interessante que o INEP fizesse a avaliação de um ou alguns Polos e fizesse logo a análise para terem dimensão das dificuldades encontradas nestas avaliações. Isto serviria de exercício para futuras decisões. Decidiu-se que em agosto o INEP daria andamento ao processo das avaliações institucionais na EAD, com este modelo e que em setembro, na reunião da CONAES, se retomaria a discussão. Sobre o ponto de pauta **“e” referente aos avanços da revisão do instrumento de avaliação de instituições**, a Sra. Cláudia Griboski informou que para a reunião de agosto, poderia ser feita uma apresentação pontual do novo instrumento aos membros da CONAES para que, talvez, em agosto ou setembro, o mesmo fosse

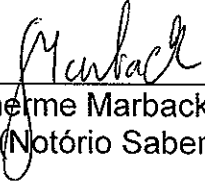
f
wp
R

homologado. O Presidente passou ao próximo ponto de pauta "f" sobre os encaminhamentos relativos ao Sistema ARCU-SUL e à Presidência Pró-tempore Brasileira do MERCOSUL no segundo semestre de 2012. Afirmou que tem sido interessante a postura sugerida pelo MEC de integração entre diversas instâncias do MEC em torno do MERCOSUL. Apresentou a Profª Irlene de Paula, da UFU, afirmando que a mesma tem sido grande colaboradora nos trabalhos da CONAES relativos ao MERCOSUL, inclusive por ter participado desde a implementação do ARCUSUL. Pontuou que em função da greve, estão atrasadas as avaliações no Brasil, mas até agosto acredita-se que serão realizadas as avaliações dos cursos de Agronomia e Arquitetura, em seguida, Engenharia e, posteriormente, Veterinária e Enfermagem. Ainda em agosto, seriam lançadas as convocatórias de Odontologia e Medicina. Como se trata de um processo de avaliação e não de regulação, o processo envolve principalmente a CONAES e o INEP. Lembrou que o Brasil assumiu a presidência *pró-tempore* do MERCOSUL no segundo semestre de 2012. O Brasil, a Argentina e a Colômbia vão analisar como aconteceram as avaliações de alguns cursos. O Brasil ficou de fazer avaliação dos cursos de Agronomia e Arquitetura, o que ainda não foi feita, e por isto não tem como se fazer esta análise. Será realizada pela SERES uma tabulação dos dados das avaliações já realizadas e esta será apresentada, em setembro, às comissões consultivas para que em outubro, quando ocorrerem as avaliações dos demais cursos, outras medidas sejam decididas em relação à avaliação no Brasil. Do último ponto de pauta, o item "g" que trata da representação da CONAES na CTAA, ficou definido que na próxima reunião o nome seria indicado. O Sr. Presidente Sérgio Franco agradeceu a presença de todos, em específico pelo fato de ser esta sua última reunião como Presidente da Comissão. Aproveitou para agradecer a colaboração dos membros durante seu mandato, enfocando que na tensão entre avaliação e acreditação muito se avançou. Pontuou que neste sentido não poder-se-ia ter o purismo filosófico do SINAES a ponto de torná-lo inexecutável, nem o pragmatismo operacional de se romper com os seus princípios norteadores. Citou diversas pessoas que o ajudaram a dar conta até este momento de "combater o bom combate". Deu por encerrada a sessão. Esta ata é assinada pelos respectivos membros da CONAES presentes à Reunião Ordinária da CONAES - Número 88, realizada em Brasília, 12 de junho de 2012.

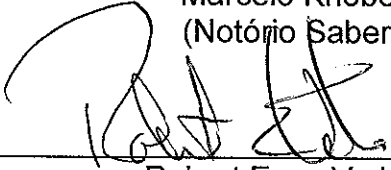
12
f
f
f



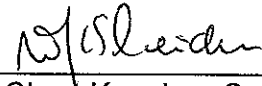
Sérgio Roberto Kieling Franco
(Presidente)



Guilherme Marback Neto
(Notório Saber)



Marcelo Knobel
(Notório Saber)



Maria Clara Kaschny Schneider
(Notório Saber)



Robert Evan Verhine
(Notório Saber)

Luiz Cláudio Costa
(INEP/MEC)

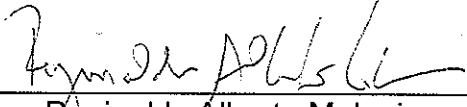
Luiz Fernando Massonetto
(SERES/MEC)



Claudia Maffini Griboski
(INEP/MEC)



Adalberto Grassi Carvalho
(CAPES/MEC)



Reginaldo Alberto Meloni
(Representante do Corpo Docente)

Sandro Oliveira Pimentel
(Representante do Corpo Técnico
Administrativo)

André Luiz Vitral Costa
Representante do Corpo Discente